

Paes Landim não convence

DEPUTADO DIZ QUE DEPÓSITOS FORAM DOAÇÕES ELEITORAIS

O deputado Paes Landim (PFL-PI), ao depor ontem na CPI do Orçamento, atribuiu à ajuda de amigos para a campanha eleitoral os depósitos de US\$ 833 mil em suas contas bancárias no ano de 1990 — incompatíveis com os rendimentos de um parlamentar. As explicações de Landim não convenceram o relator da CPI, Roberto Magalhães (PFL-PE). “Quem gasta quase US\$ 1 milhão para se eleger não vem para cá representar o povo, mas o seu próprio bolso e seus interesses”. Landim atribuiu as contribuições a “setores empresariais avançados de São Paulo”.

“Isso é no mínimo imoral”, afirmou o presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), referindo-se à apropriação de recursos de campanha. Nos últimos cinco anos, Landim movimentou US\$ 1,699 milhão, mas só declarou ao Imposto de Renda US\$ 387,724 mil, segundo a subcomissão de patrimônio.

Landim disse à comissão que também tomava muitos emprésti-

mos do Instituto de Previdência dos Congressistas. O deputado participou da Comissão de Orçamento entre 1988 e 1991. Ao ser questionado sobre as emendas que fez para a construção da Barragem de Jenipapo, no Piauí, Landim negou qualquer acerto com a Servaz, embora tenha sido apontado num documento da empreiteira como um dos beneficiados com o pagamento de propinas no valor de 3% da obra. A Servaz recebeu 50% dos recursos programados por emendas de Landim, mas só executou 25% da obra, segundo o Dnocs.

Magalhães aproveitou o depoimento e criticou o Colégio de Líderes da Câmara que, segundo ele, “destroçou” o anteprojeto que pretendia regulamentar as eleições. Segundo o relator, o anteprojeto previa que os doadores de ajuda financeira para campanhas fossem conhecidos após o pleito, mas “o Colégio de Líderes mudou esse artigo e agora os doadores ficam incógnitos, só podendo ser conhecidos por processo judicial”.